



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

Concurso Público

NÍVEL MÉDIO

CARGO 15

AUXILIAR DE TRÂNSITO

Aplicação: 8/3/2009

TARDE CADERNO **MARTE**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno MARTE — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e no rodapé de cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A cultura é o melhor conforto para a velhice .

- 3 Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do aplicador.
- 6 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

.....
AGENDA (datas prováveis)

- I **10/3/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **11 a 13/3/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **3/4/2009** – Resultado final das provas objetivas e convocação para o Curso de Formação: Diário Oficial do Distrito Federal e Internet.



Universidade de Brasília



Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1 – SEPLAG/DETRAN, de 14/11/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Os acidentes de trânsito representam uma das principais causas externas de morte no Brasil — só não ultrapassam os homicídios. De acordo com a publicação Saúde
4 Brasil 2007, divulgada pelo Ministério da Saúde, 35.155 pessoas morreram em 2006 por causa da violência no trânsito.

As mortes, de acordo com a pesquisa,
7 concentraram-se em homens com idade entre 20 e 59 anos, residentes em municípios de pequeno porte populacional. No caso de atropelamentos, o risco de morte foi maior entre os
10 idosos; para ocupantes de veículos, o risco foi maior para o grupo de 20 a 59 anos. Entre os motociclistas, o risco concentra-se na faixa de 20 a 29 anos.

13 As regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram os maiores riscos de morte por acidente de trânsito. Na região Centro-Oeste, registrou-se, segundo o ministério, o maior risco
16 de morte para acidentes que envolvem motociclistas e ocupantes de veículo. Já o maior risco de morte por atropelamento foi registrado na região Norte. Santa Catarina,
19 Mato Grosso e Paraná foram os estados que apresentaram as maiores taxas de morte provocadas pela violência no trânsito.

O *ranking* de óbitos, de acordo com o estudo, é
22 liderado pelos atropelamentos de pedestres, com o total de 27,9% dos casos — a maioria deles entre idosos, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e crianças. Em segundo
25 lugar, estão os ocupantes de automóveis, com 21%, e, em terceiro, os motociclistas, com 19,8%. Dados da publicação apontam que os motociclistas mortos no trânsito saltaram de
28 300, em 1990, para quase 7 mil, em 2006.

Internet: <www.detran.sp.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 O maior número de mortes no trânsito ocorre em acidentes que envolvem pedestres.
- 2 O número de mortes por acidentes de trânsito é superior ao número de mortes por homicídio.
- 3 O trecho “divulgada pelo Ministério da Saúde” (l.4) está entre vírgulas porque constitui oração subordinada adjetiva explicativa.
- 4 Em “concentraram-se” (l.6-7), o “se” indica sujeito indeterminado.
- 5 A palavra “residentes” (l.7) está no plural porque concorda com o vocábulo “homens” (l.7).
- 6 Infere-se das informações do texto que os idosos, por terem suas habilidades de percepção e de mobilidade reduzidas, constituem a maior parcela de ocupantes de automóveis.
- 7 Depreende-se das informações do texto que os usuários de motocicletas lideram o *ranking* de óbitos no trânsito.

1 O levantamento concluído pelo Instituto Médico Legal (IML) aponta, após a implantação da Lei de Embriaguez ao Volante, uma redução de 63% nas mortes
4 ocasionadas por acidente de trânsito em São Paulo.

No levantamento realizado pelo IML, são comparadas as três primeiras semanas de junho, período
7 que antecedeu a chamada Lei Seca, com as três semanas posteriores. Na primeira fase, a média é de 11,7 mortos na quinta, sexta, sábado e domingo de cada semana. Depois da
10 implantação da Lei Seca, a média cai para 4,3 mortos em acidentes de trânsito.

A pesquisa foi feita nesses quatro dias de cada
13 semana, pois é o período em que é mais frequente a associação de álcool e direção com o aumento do número de acidentes registrados.

Internet: <www.detran.sp.gov.br>.

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 8 Verificam-se, no texto, marcas da subjetividade do autor, como comprova o emprego de pronomes na primeira pessoa.
- 9 O emprego de vírgulas após as palavras “aponta” (l.2) e “Volante” (l.3) indica que o adjunto adverbial de tempo está deslocado na oração.
- 10 Após a palavra “trânsito” (l.4), não se emprega vírgula porque o adjunto adverbial de lugar está em sua posição lógica na oração.
- 11 O emprego de vírgula após “junho” (l.6) e “Lei Seca” (l.7) justifica-se porque isola oração subordinada adjetiva restritiva.
- 12 A alteração do tempo verbal para pretérito perfeito das formas verbais “são” (l.5), “é” (l.8) e “caí” (l.10) prejudicaria a correção gramatical do período.
- 13 O termo “pois” (l.13) estabelece uma relação de condição no período.

1 Ao longo da segunda metade do século XIX, época
da introdução das ferrovias no Brasil, uma sucessão de planos
de viação foi apresentada aos governos, todos eles descartando
4 as rodovias como principal instrumento de integração e
colocando ênfase nas vias férreas e na navegação fluvial e
marítima como a solução para os problemas do isolamento a
7 que ainda se viam submetidas as regiões brasileiras. O estudo
do engenheiro militar Eduardo José de Moraes, apresentado ao
governo imperial em 1869, continha ambicioso projeto de
10 aproveitamento de vários rios brasileiros. O seu trabalho,
intitulado “Navegação Interior no Brasil”, destacava as
13 enormes potencialidades das bacias hidrográficas brasileiras,
prevendo a implantação de uma ampla rede de navegação
fluvial, que facilitaria as comunicações dos mais remotos
pontos do país entre si, por meio da construção de canais,
16 eclusas e outras obras de engenharia. O plano, além de
ênfaticamente o aproveitamento das vias interiores de navegação,
preconizava, ainda, a integração do sistema fluvial com as
19 ferrovias e com a navegação de cabotagem, por meio da
construção de três grandes estradas de ferro conectando os
22 portos do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife com as
bacias — tudo isso de uma forma harmônica e coordenada. A
implementação desses planos e de outros que se seguiram
terminou constituindo não mais do que uma aspiração não
25 concretizada de grandes estadistas brasileiros do século XIX.

Olímpio J. de Arroxelas Galvão. *In*: Internet: <www.ipea.gov.br>.

Com base nesse texto, julgue os próximos itens.

- 14 A vírgula empregada após “Rio de Janeiro” (ℓ.21) separa elementos de mesma função sintática componentes de uma enumeração.
- 15 Pelas informações do texto, depreende-se que, desde o século XIX, já se propunha que o sistema rodoviário fosse o principal instrumento de integração entre as diversas regiões brasileiras.
- 16 A forma verbal “apresentada” (ℓ.3) está no feminino singular porque concorda com “sucessão” (ℓ.2).
- 17 Na linha 3, o pronome “eles” é elemento coesivo que retoma o antecedente “governos”.
- 18 Nas linhas 6 e 7, o emprego de preposição “a” em “a que ainda se viam submetidas” justifica-se pela regência de “submetidas”.
- 19 A expressão “ênfaticamente” (ℓ.17) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituída por **valorizar**.
- 20 A forma verbal “preconizava” (ℓ.18) está empregada com o sentido de **criticava**.

Texto para os itens de 21 a 33

Considere a hipótese de que o documento a seguir tenha sido redigido para ser encaminhado ao diretor de segurança no trânsito do DETRAN/DF.

Memorando n.º 3/NUCET

Em 5 de fevereiro de 2009.

Ao D.D. Diretor de Segurança no Trânsito do DETRAN/DF

Assunto:

Tem ocorrido, em anos anteriores, excessos de motoristas quanto à perigosa mistura bebida + direção, nos dias de folia carnavalesca, onde a ingestão de bebidas alcoólicas se eleva, em nome da descontração e da alegria próprios dos brasileiros.

2. Nessa época, desaparecem as diferenças entre pobre e rico, jovem e velho, mulheres e homens, e todos se lançam à folia, como se o mundo fosse acabar amanhã.

3. Por causa disso, solicito à Vossa Senhoria a presença do Grupo de Teatro do DETRAN na Praça do DI, reduto dos foliões mais intempestivos, onde se verificam muitas ocorrências de trânsito irresponsável, no intuito de intensificar as atividades educativas em Taguatinga, neste ano.

4. Certo de contar com vossa atenção, já demonstrada em preitos anteriores, coloco-me à disposição para o que for de seu desejo.

Atenciosamente,

FSFilho

Chefe do Núcleo de
Campanhas Educativas de Trânsito

Com base no texto apresentado e no que estabelece o Manual de Redação da Presidência da República acerca da comunicação oficial, julgue os itens a seguir.

- 21 O destinatário do memorando apresentado ocupa cargo hierarquicamente superior (diretor) ao do emissor (chefe de núcleo). Em vista disso, o fecho correto para esse documento deveria ser: **Respeitosamente**.
- 22 O campo “Assunto” do documento em pauta estaria corretamente preenchido com a frase: **Solicitação da presença do Grupo de Teatro do DETRAN na Praça do DI**.
- 23 Não é indicada a forma de memorando para transmitir mensagens de solicitação, como a contida no texto apresentado; a modalidade correta de expediente oficial, nesse caso, seria o requerimento, uma vez que o signatário do texto **solicita** algo que o destinatário pode ou não conceder ou deferir.
- 24 Por ser expedido por um chefe de núcleo a um diretor — cargos situados em níveis hierarquicamente diferentes —, o texto em questão deve ser substituído pela modalidade **ofício**, mesmo se tratando de comunicação interna.
- 25 Desconsiderado o espaçamento entre linhas e partes do texto, estão em conformidade com a forma e a estrutura do memorando oficial: a identificação do documento e do local de origem, a data, o vocativo, e a assinatura.
- 26 Está correto o emprego do tratamento “Vossa Senhoria”, no terceiro parágrafo do documento em questão, mas incorreto o uso do pronome possessivo de segunda pessoa do plural no quarto parágrafo: “vossa atenção”.
- 27 A designação do destinatário foi expressa de acordo com o estabelecido nas normas de comunicação oficial acerca do memorando.

Com relação à correção gramatical e à adequação da linguagem do texto apresentado às necessidades da redação oficial, julgue os itens seguintes.

- 28 No quarto parágrafo do documento em questão, emprega-se erroneamente “preitos” em vez do seu parônimo **pleitos**.
- 29 Por tratar-se de expediente oficial, não cabem, no memorando, comentários e impressões pessoais, como os que se verificam no segundo parágrafo do texto em apreço.
- 30 Considerando-se concisão e uniformização — dois dos princípios que regem a comunicação oficial —, o quarto parágrafo é inteiramente suprimível, sem que haja prejuízo para o entendimento, pelo destinatário, do que solicita o emissor no memorando.
- 31 Considerando-se as duas ocorrências do advérbio “onde”, primeiro e terceiro parágrafos do documento, apenas na primeira respeitam-se as normas do padrão escrito formal da língua portuguesa para o emprego desse advérbio.
- 32 Considerando-se as normas gramaticais do padrão escrito da língua portuguesa, constitui erro o emprego do acento indicativo de crase antes de “Vossa Senhoria”, no terceiro parágrafo.
- 33 Alterando-se a ordem dos enunciados do terceiro parágrafo, uma forma estruturalmente correta de reescrever o início do parágrafo é: “No intuito de intensificar as atividades educativas em Taguatinga, neste ano, solicito...”.

No que se refere à correção gramatical e adequação da redação oficial, julgue os próximos itens.

- 34 Por tratar-se de forma de comunicação dispendiosa, a concisão é regra fundamental na redação oficial do telegrama.
- 35 Expediente que seja emitido em qualquer repartição do DETRAN/DF e se destine ao diretor-geral desse órgão deverá apresentar, no texto, o tratamento “Vossa Excelência”.
- 36 Em ofício encaminhado pelo diretor-geral do DETRAN/DF a ministro de Estado, o emprego do vocativo “Senhor Ministro”, é considerado correto, de acordo com as normas estabelecidas para a redação oficial.
- 37 Em expediente que se origine em qualquer diretoria do DETRAN/DF e se dirija a uma deputada, estarão corretos o emprego do vocativo “Senhora Deputada,” e o tratamento “Vossa Excelência”.
- 38 Utilizado para o envio antecipado de documentos, o fax pode ser arquivado tal como recebido, desde que substituído pelo documento original no prazo de 3 meses.
- 39 A troca de mensagens por correio eletrônico adquire valor documental, em órgãos do Poder Executivo, a partir do momento em que o destinatário confirma o recebimento da mensagem.
- 40 Nas repartições públicas, estão aptos a fornecer atestados os ocupantes de cargo de diretoria ou os de nível superior a esse, sob pena de invalidade do documento.

Na última corrida do campeonato anual de motocicleta, participaram 8 pilotos, numerados de 1 a 8. As cores dos capacetes dos pilotos são todas diferentes. De acordo com a acumulação de pontos nas corridas anteriores, se o piloto 8 terminasse essa corrida em pelo menos duas posições à frente do piloto 3, o piloto 8 seria o campeão do ano. Encerrada a corrida, observou-se que

- I o piloto 1 chegou imediatamente depois do piloto de capacete prata e a seguir chegou o de capacete vermelho;
- II o piloto 4 venceu a corrida;
- III o piloto 3 terminou a corrida duas posições atrás do piloto 1 e uma posição à frente do piloto de capacete azul;
- IV o piloto de capacete prata cruzou a linha de chegada imediatamente após o piloto 2;
- V o piloto de capacete preto terminou a corrida em segundo lugar;
- VI o piloto de capacete verde, penúltimo colocado na corrida, chegou imediatamente após o piloto 6;
- VII o piloto de capacete amarelo chegou imediatamente depois do piloto de capacete preto;
- VIII o último piloto a terminar a corrida foi o de número 5;
- IX o piloto 2 terminou a corrida duas posições à frente do piloto de capacete branco e duas depois do piloto de capacete laranja;
- X o piloto 7 terminou a corrida duas posições atrás do piloto 8.

Com base nessas informações é correto afirmar que

- 41 o piloto 8 venceu o campeonato.
- 42 o piloto 1 ficou em sétimo lugar nessa corrida.
- 43 o piloto de capacete laranja venceu a corrida.
- 44 o último colocado nessa corrida foi o piloto de capacete azul.
- 45 o piloto 7 é o de capacete preto.

RASCUNHO

Sabendo-se que dos 110 empregados de uma empresa, 80 são casados, 70 possuem casa própria e 30 são solteiros e possuem casa própria, julgue os itens seguintes.

- 46 Dos empregados que possuem casa própria há mais solteiros que casados.
- 47 Mais da metade dos empregados casados possui casa própria.

Considerando que A, B e C sejam proposições, que os símbolos \vee e \wedge representam os conectivos “ou” e “e”, respectivamente, e que o símbolo \neg denota o modificador negação, julgue os itens a seguir.

- 48 A proposição $(A \vee B) \wedge [(\neg A) \wedge (\neg B)]$ é sempre falsa.
- 49 Se a proposição $A \vee B \rightarrow C$ é verdadeira, então C é necessariamente verdadeira.
- 50 Se a proposição $A \vee B \rightarrow C$ é verdadeira, então a proposição $\neg C \rightarrow \neg(A \vee B)$ é também verdadeira.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos direitos e garantias individuais e coletivos, julgue os itens subsequentes.

- 51 Entre os direitos fundamentais previstos expressamente na CF está o direito à duração razoável dos processos, tanto no âmbito judicial quanto no administrativo.
- 52 A Constituição Federal (CF) garante a todos o direito de reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou prévio aviso à autoridade competente.
- 53 Se um motorista, multado pelo agente do DETRAN, por excesso de velocidade, discordar da legalidade do ato, não poderá ajuizar ação perante o Poder Judiciário com o objetivo de anular a aplicação da multa, pois, nessa situação, o ato praticado pelo agente do DETRAN não está sujeito à apreciação do Poder Judiciário visto tratar-se de ato eminentemente administrativo.

Maria protocolou junto ao DETRAN requerimento com a finalidade de conhecer as informações acerca de sua pessoa constantes no banco de dados daquele órgão. O pedido foi negado pelo diretor, com base em portaria do órgão que proibia o acesso pretendido por Maria, apesar de as informações não serem de uso exclusivo do DETRAN.

Diante dessa situação hipotética, julgue o item abaixo.

- 54 Para ter acesso às informações, Maria poderá valer-se do mandado de injunção. Essa ação constitucional destina-se a assegurar o acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

A respeito do tratamento constitucional dado à segurança pública, julgue os itens a seguir.

- 55 O patrulhamento ostensivo das rodovias federais é de competência exclusiva dos DETRANs.
- 56 A segurança pública deverá ser exercida pelas polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civis, militares e corpos de bombeiros militares.
- 57 As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reservas do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos territórios.

Julgue os itens a seguir acerca dos direitos previstos na CF.

- 58 O alistamento eleitoral e a candidatura a cargos eletivos são vedados aos analfabetos.
- 59 O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado direito fundamental de terceira geração.
- 60 O lazer é um direito social garantido pela CF.

Julgue os itens a seguir acerca da administração pública e seus agentes.

- 61 Segundo a CF, as funções de confiança serão exercidas preferencialmente, mas não exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos. Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 62 As autarquias e as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público e integram a administração indireta.
- 63 A administração pública é regida pelo princípio da autotutela, segundo o qual o administrador público está obrigado a denunciar os atos administrativos ilegais ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê a permissão para dirigir, conferida àquele que for aprovado no exame de habilitação, tendo validade de um ano, período após o qual será outorgada a carteira definitiva. Com base no entendimento doutrinário majoritário acerca dos atos administrativos, julgue os itens seguintes a respeito da permissão de dirigir prevista no CTB.

- 64 O ato administrativo previsto no CTB, que controla a condução de veículo em via pública, é um exemplo do exercício do poder de polícia do Estado.
- 65 Em que pese a terminologia utilizada pelo legislador, o ato administrativo descrito não tem natureza de permissão, mas sim de licença, visto que não se trata de ato discricionário e precário.

Luis, residente e domiciliado no DF, comprou um automóvel no estado de Minas Gerais e realizou a transferência do veículo para o seu nome e para o DF. O servidor do DETRAN/DF, encarregado de realizar os procedimentos de transferência, deixou de requerer o nada-consta do veículo e tampouco consultou os órgãos de segurança pública para verificar a procedência do referido veículo. O servidor também não teve a cautela de verificar se o número do chassi do veículo possuía algum sinal de adulteração, conforme determina a legislação. Após alguns meses, Luis foi parado em uma *blitz* da polícia militar, a qual constatou que aquele veículo havia sido furtado em Belo Horizonte meses antes da compra. Inconformado com o prejuízo material, visto que perdeu o carro e o valor pago por ele, e também com os danos morais, já que foi flagrado em *blitz* conduzindo veículo furtado, Luis decidiu processar o Estado requerendo indenização pelos prejuízos sofridos.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens de **66 a 70** acerca da responsabilidade civil do Estado e do regime disciplinar dos agentes públicos.

- 66 Segundo a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, Luis deverá provar apenas a ocorrência do dano e o nexo causal entre aquele e o fato administrativo praticado.
- 67 No caso descrito, a responsabilidade do Estado será subjetiva, significando que, caso venha a ser condenado, o Estado poderá ajuizar ação regressiva contra o servidor do DETRAN que deixou de adotar as cautelas cabíveis.

- 68 Acerca desse tema, a CF adotou a teoria do risco integral, segundo a qual o Estado responderá pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, omissiva ou comissivamente, independentemente de qualquer tipo de prova.
- 69 Na hipótese de o servidor do DETRAN responder a processo disciplinar em razão dos fatos descritos, ele poderá, a pedido, exonerar-se do cargo antes da conclusão do processo a fim de evitar eventual penalidade.
- 70 Caso seja instaurado processo disciplinar contra o servidor do DETRAN e, ao final, seja constatado que ele procedeu de forma desidiosa, a penalidade prevista para o caso é a demissão.

Acerca do que dispõe a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), julgue os itens de **71 a 90**.

- 71 É objetivo prioritário do DF garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.
- 72 A LODF não pode ser emendada por meio de iniciativa popular.
- 73 Compete ao DF e à União, de forma concorrente, legislar sobre direito urbanístico e proteção dos patrimônios histórico, cultural, artístico, paisagístico e turístico.
- 74 No âmbito da competência concorrente, a ausência de lei federal que disponha sobre normas gerais permite que o DF legisle de forma plena sobre a matéria. No entanto, o advento da citada lei geral federal revogaria a lei distrital.
- 75 O governador do DF pode, por meio de decreto, remir multas aplicadas pelo DETRAN/DF.
- 76 A LODF não aborda expressamente o princípio da motivação.
- 77 Uma lei distrital que autorize servidores públicos do DF a substituírem trabalhadores de empresas privadas em greve não contraria a LODF.
- 78 Considere a seguinte situação hipotética. Paulo irá tomar posse em cargo efetivo federal, razão pela qual requereu sua exoneração do cargo de servidor público distrital, que ocupa atualmente. Nessa hipótese, Paulo não é obrigado a apresentar declaração de bens ao DF.
- 79 Por expressa disposição na LODF, são obrigados a apresentar a declaração anual de bens, entre outros, o governador, seus secretários de Estado e os dirigentes das autarquias distritais.
- 80 A administração é obrigada a fornecer certidão ou cópia autenticada de atos, contratos e convênios administrativos a qualquer interessado, no prazo máximo de trinta dias, sob pena de responsabilidade de autoridade competente ou servidor que negar ou retardar a expedição.

- 81 Considere-se que o governo do DF pretenda divulgar suas ações de governo, como obras, projetos etc. Nesse caso, esse tipo de publicidade deve ser suspensa noventa dias antes das eleições.
- 82 Considere a seguinte situação hipotética.
Sílvia, que é servidor público da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), recebeu, indevidamente, certa quantia em seu contracheque. Foi condenado a ressarcir esse valor aos cofres público, mas não o fez de forma espontânea. Nessa situação, cabe à Procuradoria-Geral da CLDF escrever em dívida ativa e cobrar, judicialmente, o ressarcimento desse valor.
- 83 A direção superior de empresas públicas, autarquias, fundações e sociedades de economia mista deve ter representantes dos servidores do quadro funcional para exercer funções definidas, na forma da lei.
- 84 Considere a seguinte situação hipotética.
Joana, que é servidora pública distrital, irá substituir a titular Fernanda, durante as férias desta.
Nesse caso, Joana fará jus à gratificação de Fernanda durante o período da substituição.
- 85 O servidor público efetivo de autarquia distrital faz jus ao recebimento de adicional de 1% por ano de serviço público efetivo.
- 86 Ao DF compete instituir taxas de serviço, como aquela que é cobrada na expedição da primeira e da segunda vias da cédula de identidade pessoal.
- 87 Considere a seguinte situação hipotética.
João, oficial da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), foi aprovado em concurso público para cargo efetivo de professor da Secretaria de Estado da Educação.
Nessa situação, João poderá ocupar ambos os cargos.
- 88 Considere a seguinte situação hipotética.
Gustavo é proprietário de um imóvel no DF, sobre o qual há interesse do DF em adquiri-lo. Porém, Gustavo pretende trocar esse imóvel particular por um público, pertencente ao DF.
Nessa hipótese, não há necessidade de autorização legislativa específica, podendo tal troca ser feita por meio de mero contrato de permuta.
- 89 Considere a seguinte situação hipotética.
Os deputados distritais, por meio de resolução, transferiram, de forma permanente, as atividades parlamentares para Taguatinga, com o objetivo de ficarem mais próximos do povo.
Nesse caso, existe irregularidade nessa resolução.
- 90 São poderes do DF, independentes e harmônicos, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
- Acerca do que dispõe o CTB, julgue os itens subsequentes.
- 91 Do total dos valores arrecadados destinados à Previdência Social e relativos ao prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT), 10% devem ser repassados mensalmente ao coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito.
- 92 O referido código aplica-se aos transportes marítimo e aéreo.
- 93 A PMDF compõe o Sistema Nacional de Trânsito.
- 94 Compete ao DENATRAN estabelecer as normas regulamentares referidas no CTB e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito.
- 95 Considere a seguinte situação hipotética.
Simone, que foi multada pelo DETRAN/DF por infração à legislação de trânsito, recorreu da decisão proferida pela Junta Administrativa de Recurso de Infração (JARI).
Nessa situação, compete ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE) julgar o recurso em tela.
- 96 O presidente do CONTRANDIFE é nomeado pelo governador do DF.
- 97 A carteira nacional de habilitação é expedida pelos respectivos CETRANS, dos estados, ou pelo CONTRANDIFE, do DF.
- 98 Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos estados e do DF, no âmbito de sua circunscrição, vistoriar, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual (CRLV), mediante delegação do órgão federal competente.
- 99 Compete à PMDF executar a fiscalização de trânsito, independentemente de convênio.
- Acerca do que dispõe as resoluções do CONTRAN, julgue os itens de **100 a 109**.
- 100 Considere a seguinte situação hipotética.
Em janeiro de 2009, Cláudio alugou um veículo em uma locadora, a qual lhe forneceu cópia autenticada do CRLV. Nesse caso, uma resolução do CONTRAN permite o uso dessa cópia como documento de identificação do veículo, de uso obrigatório.
- 101 Suponha que, em uma oficina especializada, um veículo tenha sido transformado em ambulância. Nesse caso, não é necessária nova emissão de código específico de marca/modelo/versão.

102 Diante da necessidade de facilitar aos órgãos executivos de trânsito e a seus agentes a identificação de certificados de registro de veículos (CRVs) falsos, foi criado um código numérico de segurança para ser utilizado na emissão do citado certificado, o qual é composto de onze caracteres e deve ser posicionado na parte superior direita do certificado, abaixo do número do CRV.

103 Considere a seguinte situação hipotética.

Antônio praticou sua primeira infração de trânsito em 3/4/2004. Em 10/3/2005, praticou nova infração que, juntas com as demais, totalizaram 20 pontos.

Nesse caso, a pretensão punitiva de aplicar a penalidade de suspensão do direito de dirigir prescreverá em 4/4/2009.

104 O documento de habilitação possui um número de identificação estadual, que é igual ao número do formulário RENACH, documento de coleta de dados do candidato/conductor, gerado a cada serviço e composto, obrigatoriamente, por onze caracteres, sendo as duas primeiras posições formadas pela sigla da unidade da Federação expedidora, facultada a utilização da última posição como dígito verificador de segurança.

105 As receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito podem ser aplicadas, entre outros, na elaboração e na atualização do mapa viário do município, no cadastramento e na implantação da sinalização, no desenvolvimento e na implantação de corredores especiais de trânsito nas vias já existentes, na identificação de novos pólos geradores de trânsito, e em estudos e estatísticas de acidentes de trânsito.

106 A baixa do registro de veículo somente pode ser autorizada mediante quitação de débitos fiscais e de multas de trânsito e ambientais vinculadas ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

107 Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos arrematou, por R\$ 5.000,00, em hasta pública, um veículo cujo valor de mercado é de R\$ 12.000,00, mas que possui R\$ 2.000,00 entre multas e tributos.

Nessa hipótese, Carlos deverá pagar, ao final, R\$ 7.000,00.

108 Considere-se que as infrações de um indivíduo cometidas no trânsito tenham atingido, em doze meses, quarenta pontos. Nesse caso, para fins de suspensão do direito de dirigir, devem ser abertos dois processos administrativos de suspensão da carteira: um relativo aos vinte primeiros pontos e outro em relação aos vinte pontos seguintes.

109 Considere a seguinte situação hipotética.

Após cometer várias infrações de trânsito que, juntas, totalizaram mais de vinte pontos, Leandro teve a sua carteira de habilitação apreendida pelo agente de trânsito em uma operação de fiscalização.

Nessa situação, o agente de trânsito agiu corretamente.

Juan, que tem 25 anos de idade, é espanhol e, na Espanha, encontra-se devidamente habilitado para dirigir veículos. Está em viagem de turismo pelo Brasil e, ao tentar alugar um veículo, a locadora solicitou um documento que comprove sua habilitação como condutor de veículos automotores.

Diante dessa situação hipotética e com base no que dispõe as resoluções do CONTRAN, julgue os itens que se seguem.

110 Se Juan for detentor de habilitação não-reconhecida pelo governo brasileiro, poderá dirigir no território nacional mediante a troca da sua habilitação de origem pela equivalente nacional, junto ao órgão ou entidade executiva de trânsito dos estados ou do DF, desde que seja aprovado nos exames de aptidão física e mental e nas avaliações psicológica e de direção veicular, respeitada a sua categoria.

111 Se houver reciprocidade entre Brasil e Espanha, Juan pode utilizar sua própria carteira de habilitação espanhola, pelo prazo máximo de 180 dias, respeitada a validade dessa habilitação, a qual deverá estar acompanhada de tradução juramentada e do seu documento de identificação, não havendo necessidade de qualquer registro junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito dos estados ou do DF.

Acerca do que dispõe o Regimento Interno do DETRAN/DF (Decreto n.º 27.784/2007), julgue os itens a seguir.

112 É de competência da Gerência de Infrações e Penalidades definir critérios para o controle de distribuição de talonários de notificação de infração.

113 Constitui receita do DETRAN/DF, os vencimentos, salários, vantagens, benefícios e obrigações não-reclamados dentro dos prazos legais.

114 Considere a seguinte situação hipotética.

Gustavo, servidor público distrital, lotado no DETRAN/DF, pretende ingressar com ação judicial para discutir a incorporação de certa gratificação.

Nessa situação, o DETRAN/DF deve ser representado judicialmente pela Procuradoria-Geral do DF.

115 Compete ao gerente de infrações e penalidades aplicar penalidades por infração de trânsito.

116 Compete ao diretor-geral do DETRAN/DF regulamentar o trânsito de veículos, pedestres e animais, bem como promover a circulação e garantir a segurança de ciclistas.

117 As juntas administrativas de recursos de infrações de trânsito são órgãos subordinados do DETRAN, sendo regidas pelo regimento interno deste departamento.

118 É atribuição do diretor-geral do DETRAN/DF aplicar as penalidades administrativas aos seus servidores, inclusive a penalidade de demissão.

119 Os cargos comissionados de procurador jurídico do DETRAN/DF, desde que respeitado o percentual mínimo previsto no regimento interno, podem ser ocupados por pessoas não-integrantes da administração pública.

120 À Gerência de Infrações e Penalidades, unidade de direção executiva subordinada diretamente à Diretoria de Controle de Veículos e de Condutores, compete apreciar, em primeira instância, os recursos interpostos pelos condutores.